

TRAJETÓRIAS DE VIDA NA “PETRÓPOLIS BRASILIENSE”: HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIAS DE BRASÍLIA

Viviane Gomes de Ceballos¹

“Uma comunidade ordeira, muito dedicada ao trabalho e à família. Pelo seu clima ameno, quase frio, chamam-na de ‘cidade serrana’ ou a ‘Petrópolis Brasiliense’. É muito bem atendida pelos serviços públicos de água, luz, telefone, saúde e escolas. E a sua paisagem urbanística é muito espontânea e aconchegante. Uma cidade aprazível, própria ao trabalho e à especulação intelectual.”²

Brasília, cidade “cinquentona”, ainda estimula constantes debates sobre sua construção, consolidação e experimentação por parte de seus habitantes. Aqueles que se dedicam a estudar seu traçado, seus habitantes, suas formas, seus sabores e odores, parecem compartilhar da idéia de que ela fora pensada como cidade símbolo de um ideário de modernidade e de inovação arquitetônica próprios da década de 1950. Segundo Robert Fishman (1997), as utopias urbanas do século XX intencionavam não apenas transformar o espaço urbano, mas, sobretudo, a forma como este espaço seria utilizado. Ao mencionar os problemas característicos das metrópoles – como Mumford Lewis apresenta para o século XIX –, afirma que para urbanistas como Ebenezer Howard, Le Corbusier e Frank Loyd Wright, “*as metrópoles eram a contra-imagem de suas cidades ideais, o inferno que inspirou seus paraísos.*”³ Aqueles que pensaram Brasília, seus “artistas oficiais”⁴, pareciam compartilhar essa perspectiva de intervenção urbanística. Construir uma cidade planejada implicava também construir códigos de sociabilidade e de convivibilidade próprios para aquele espaço.

A política de erradicação de favelas/invasões empreendidas pelo Governo do Distrito Federal, priorizou a criação de cidades satélites para abrigar essa população. Textos como os de Gustavo Lins Ribeiro, Neio Campos, Aldo Paviani,⁵ discutem e

¹ Doutoranda pela Unicamp e professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras (PB).

² VASCONCELOS, José Adirson de. *Cidades Satélites*. Brasília: 1988, p. 150.

³ FISHMAN, Robert. *Urban Utopias in the Twentieth Century*. 6ª ed. Londres: MIT Press, 1997, p. 12.

⁴ Ver dissertação de mestrado: CEBALLOS, Viviane Gomes de. “E a história se fez cidade...”: a construção histórica e historiográfica de Brasília. Campinas, SP: 2005.

⁵ RIBEIRO, Gustavo Lins. “Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia”; CAMPOS, Neio. “A segregação planejada” e PAVIANI, Aldo. “A construção injusta do espaço urbano” In: PAVIANI, Aldo (org.) *A Conquista da Cidade: movimentos populares em*

documentam essas experiências. Falar da criação “descontrolada” de cidades satélites é, de certa forma, perceber a insuficiência de um plano diretor, ou mesmo as desvirtuações que decorrem dele.⁶ Quero chamar atenção, quando me refiro à insuficiência, de que a realidade, a experiência de uma cidade não cabe nas previsões e projeções que o urbanista propõe em seu plano. Por melhor estruturado que esteja, um projeto urbanístico não consegue dar conta da pluralidade de personagens, trajetórias, escolhas, direcionamentos que seu plano assume no momento de ser posto em prática. Mesmo numa cidade em que a proposta pressupunha um uso racional do espaço e a estrutura garantiria uma convivência harmônica e um caráter mais social, como no caso de Brasília, a experiência traça caminhos outros, impõe outros limites e outros desenhos. É interessante perceber como vários textos que buscam falar sobre a experiência “desconcertante e decepcionante” de Brasília no que concerne ao seu caráter social, partem da discussão das cidades satélites como exemplo para essa experiência de marginalização da população pobre, dos operários. Essas cidades foram pensadas para abrigar, em princípio, essa população operária. As coletâneas de textos organizadas pelo geógrafo Aldo Paviani permitem pensar esse argumento.

A experiência de Brasília, múltipla como os textos que compõem cada uma das coletâneas, não pode ser pensada descolada do caráter segregador de sua organização espacial – esse aspecto determina uma série de ações relacionadas à ocupação do espaço na cidade que, de certa forma, contribui para que as cidades satélites sejam pensadas como espaço para a população menos qualificada, para os invasores do plano piloto (destinado ao funcionalismo público e à pequena burguesia).

“Os planejadores urbanos freqüentemente apontam como um dos principais problemas do planejamento a descontinuidade das políticas públicas. Em Brasília, no entanto, houve em todos os governos, tanto militares quanto civis, uma estratégia

Brasília. 2. ed. Brasília, Editora da UnB, 1998. Não podemos deixar de registrar também a contribuição de outra coletânea organizada por Aldo Paviani para o entendimento dessa questão: PAVIANI, Aldo. *Brasília, moradia e exclusão*. Brasília, Editora da UnB, 1996.

⁶ A construção de cidades satélites era uma proposição de Lúcio Costa mas como ele mesmo afirma “elas deveriam surgir depois que o Plano-Piloto estivesse todo ocupado, surgiram antes, invertendo o processo. As unidades de vizinhança do Plano perderam o ingrediente popular que deveriam ter, mas o conjunto urbano, ou seja, Brasília e as cidades satélites, resultou mais próximo da realidade brasileira, com todas as suas discrepâncias. O convívio entre as diferentes camadas sociais transferiu-se para o centro da cidade, graças à localização da Rodoviária”. COSTA, Lúcio. *Registro de Uma Vivência*. São Paulo, Empresa das Artes, 1997, p. 327.

comum, qual seja a de preservar Brasília”, segregando espacial e socialmente a população de menor renda”.⁷

Como pensar, então, essas cidades, criadas para abrigar a população mais pobre da cidade? Como pensar a experiência e a memória dessas pessoas que vivem esse processo de exclusão? Como pensar, como afirmou o arquiteto Luiz Alberto Gouvêa, essa segregação planejada? O arqueólogo Gustavo Lins Ribeiro, por exemplo, ao se propor a fazer uma arqueologia de Brasília e de discutir suas cidades satélites, afirma que elas teriam surgido para dar conta dos problemas existentes na capital com relação à habitação. Quando em 1958, chegaram cerca de 5000 flagelados da seca no Nordeste, o governo surpreendido, viu-se impelido a criar uma cidade para abrigar essa massa – nasce, então, Taguatinga, “uma cidade tipicamente proletária”. Ruía, assim, a utopia de Lúcio Costa – de edificar uma cidade em que as diferenças de classe não seriam determinantes de uma política de segregação –, o plano piloto parecia estar encontrando, segundo Ribeiro, sua verdadeira vocação: ser o “paraíso da classe média”. Para ele, nesse momento delineou-se a política de configuração urbana por classes no Distrito Federal que ia de encontro à proposta de Lúcio Costa para a cidade.

A partir de então,

“as cidades satélites [estabelecem-se] como maneira de manter o Plano Piloto imaculado da presença da tão incômoda classe operária. Estamos diante da gênese da contradição Plano Piloto/Cidades Satélites. O operariado é mantido na periferia, enquanto os funcionários da administração federal tinham assegurado seu domínio sobre a cidade mais moderna do mundo”.⁸

A contradição de que fala Ribeiro é fundamental para a discussão que quero empreender neste texto: pode-se pensar a emergência das cidades satélites como um contraponto ao plano piloto, como sua anti-disciplina⁹, ou elas são parte desse plano?

⁷ GOUVÊA, Luiz Alberto. “A Capital do Controle e da Segregação Social”. In: PAVIANI, Aldo (org.) *A Conquista da Cidade*. 2 ed. Brasília, Editora da UnB, 1998, p. 95. Ver também: PAVIANI, Aldo (org.) *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo, Projeto, 1985; PAVIANI, Aldo (org.) *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília, Editora da UnB, 1996.

⁸ RIBEIRO, Gustavo Lins. “Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas cidades satélites”. *Espaço & Debates*, nº5, ano 2, abril, 1982, p. 120.

⁹ Recorro aqui ao conceito de anti-disciplina trabalhado por Michel de Certeau na “Introdução Geral”, de *A Invenção do Cotidiano – artes de fazer*. Ele diz: “Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da “vigilância” (disciplina), mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados?”), dos processos mudos que organizam a ordenação sóciopolítica.(...) Esses modos de proceder e essas astúcias de consumidores

Uma rápida análise do seu traçado urbano nos permite dizer que o engenheiro responsável pela construção/urbanização de Sobradinho procurou “seguir à risca” os padrões urbanísticos modernos de Brasília. A saber: o traçado reto, as ruas largas, as quadras com lotes residenciais e espaço para prédios comerciais de abastecimento local (de certa forma, obedeceriam à mesma lógica – em escala reduzida – das super quadras do plano piloto). As quadras são pensadas não apenas para abrigar as pessoas, mas correspondem à tentativa de criar um vínculo de convívio entre os moradores dos conjuntos (ruas) que compõem cada quadra residencial.

Pensar a memória do indivíduo como algo que depende das relações que ele estabelece (seja com a família, o grupo social, a escola, a igreja, etc.), implica entender que suas lembranças são uma atualização, uma ressignificação do passado, pois, “a memória é desencadeada de um lugar, e este se situa no presente”.¹⁰ Aqueles que são incitados a lembrar dão à sua memória contornos próprios dessa vivência, não se pode pensar, portanto, que seria diferente com os moradores de Brasília ou de suas cidades-satélites. “Lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reparição do feito e do ido, não sua mera repetição”.¹¹ Entender como as pessoas relembram, refazem e redimensionam essa experiência é mais uma porta de inserção na cidade que me parece crucial para a elaboração de uma história de Sobradinho.

O recordar é, então, entendido como um ato político e intencional de formulação de uma imagem sobre o passado e sobre a experiência vivida, seja ela entendida na individualidade ou mesmo na coletividade. Um ato que não prescinde da marca do seu narrador, do seu enunciador. A narrativa traz em si “impressas as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso da argila.” (BENJAMIN, 1989, p. 107) Essa impressão remete, inclusive, a uma noção de tempo que varia de acordo com a situação vivenciada. Para Bergson, a mesma *durée* pode ser vivenciada de formas distintas – pode parecer interminável se vazia de significado, ou ainda, parecer um momento fugaz se plena de intensidade psicológica. (BENJAMIN, 1989)

¹⁰ SEIXAS, Jacy Alves de. “Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica” In: BRESCIANI, M.S.M.; SEIXAS, J.A.; BREPOHL, M. (orgs.) *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora da UnB, 2002, p. 62.

¹¹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 3 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 20.

Ler a cidade a partir da narrativa de seus moradores pressupõe que tenhamos em mente que “a narração é uma forma artesanal de comunicação. Ela não visa a transmitir o ‘em si’ do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa. Investe sobre o objeto e o transforma.”¹² Muito antes de Sobradinho ganhar esses ares de urbanidade, quando ainda as ruas eram de terra batida, as casas de madeira, os conjuntos e as quadras ainda por se constituir, chega a esta cidade um maranhense que, em busca de trabalho, se instala na região de Sobradinho. Falo de Seu Teodoro Freire, “o homem do bumba”, personagem hoje reconhecido como símbolo da cidade satélite de Sobradinho, mas que em sua fala deixa claro que veio quase por acaso pra Brasília. Ele diz:

“Ai um dia doutor Rodrigo (?) me chamou na casa dele, que era um deputado, ai disse “olha você tem vontade de voltar pro Maranhão?”, “Seu (???), eu tenho, se eu tivesse um emprego lá, eu voltava”. Ele disse “eu to comprando uma usina lá em Cururupu, se tu quiser ir...”, eu disse “se o senhor quiser me levar eu quero.”, ele disse “então eu te arrumo, lá, pra gente ir. Tu vai pra Brasília, ficar uns dias em Brasília, pra depois a gente ir pra lá”. Eu disse “sim senhor”. Ai nós recebemos um convite daquele escritor do Maranhão, Ferreira Goulart pra trazer o Boi pra brincar aqui no primeiro aniversário de Brasília. Ai nós... viemos... Porque eu vim trazer o boi pra brincar no primeiro aniversário de Brasília, no dia 20 de abril de 1961. Nós brincamos lá na rodoviária no lado que dá pra torre de televisão.” (Teodoro Freire – entrevista realizada dia 29/10/2009)

Brincar o bumba foi o que fez com que Seu Teodoro se mudasse para Brasília. Acompanhado de D. Maria José ele se aventurou a viver num lugar que ela reconstrói assim:

“menina, aqui era uma roça. Contava a dedo as casas de alvenaria que tinha aqui. Era, tinha as rua, além do mais as rua era tudo pissarrada não tinha nada de asfalto não...era assim aquela brita, aquele negocinho na rua assim, socadinha, as ruas certinha como é hoje ainda, depois muitos anos que eles fizeram o trabalho, botaram, não tinha água, não tinha luz. Depois é que eles fizeram a urbanização. Que ai veio a luz, veio água... veio água, veio luz, veio asfalto. A nossa água era uma torneirinha lá no fundo do quintal, desse tamanhozinho assim. E dali eu pegava água, enchia o tambor pra poder lavar roupa.” (Maria José Freire – entrevista realizada dia 29/10/2009)

Falas como essas nos remetem ao uso da narrativa oral como possibilidade de conhecer as tessituras que compõem a trajetória desses indivíduos e, ainda, a consolidação de uma cidade, ou de uma idéia de experimentação do urbano. Para muitos

¹² BOSI, Ecléa. *Apud.* MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

historiadores a memória constitui uma fonte “imperfeita”, no entanto, “são precisamente essas imperfeições e falhas que legitimam a transformação da memória em objeto da história”.¹³ Compartilhando da idéia apresentada por Jeanne Marie Gagnebin no prefácio ao volume I das “Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política”, em que afirma que, para Benjamin, “a reconstrução da experiência deveria ser acompanhada de uma nova forma de narratividade”¹⁴ este texto busca discutir a relação existente entre experiência, narratividade e memória como possibilidade de entendimento das trajetórias trilhadas pelos diferentes indivíduos que compõem uma coletividade e a forma como se apropriam das imagens que parecem caracterizar essa mesma coletividade – neste caso, a cidade de Sobradinho.

No dia que fui conhecer o Seu Teodoro, tinha agendando com Guará (filho) a entrevista com ele. Ao chegar à residência de Seu Teodoro fui recebida por D. Maria José. Ela me informou que seu Teodoro havia saído para resolver alguns problemas e que não demoraria. Enquanto aguardava a chegada dele, ela sentou-se ao meu lado e começou a relatar a sua própria trajetória de vida – atrelada à trajetória do marido e da vida em Sobradinho. Logo solicitei autorização dela para que pudesse gravar sua fala, por reconhecer a importância dela para conhecer parte significativa da história de Sobradinho. Ela prontamente aceitou, e deu início a uma narrativa marcada pelo orgulho das escolhas do marido e da vida que construíram juntos desde a chegada à Brasília. Uma vida marcada por vitórias, mas também por inúmeros percalços.

Como pesquisadora, fiquei maravilhada com aquela possibilidade. Cheguei com a expectativa de entrevistar o homem que trouxe o bumba pra brincar em Brasília, e acabei obtendo um depoimento riquíssimo de sua esposa. Acaso? Sorte? A meu ver, muito mais a fluidez e a plasticidade do trabalho com a história oral. Nesse sentido, o sentimento de que o trabalho com narrativas, com a memória é fundamentalmente dinâmico foi recrudescido. Ao historiador oral, como nos ensina Donald Ritchie, cabe a tarefa de estar atento e aberto às oportunidades que se apresentam, uma vez que

¹³ No original: “ce sont précisément ces imperfections et ces défaillances que légitiment la transformation de la mémoire en objet d’histoire”. FRANK, Robert. “La mémoire et l’histoire”. *Cahier de l’IHTP – La bouche de La Verité? La recherche historique et les sources orales*. nº 21, novembre 1992. Disponível em 17/06/2009 – <http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Farticle233&lang=fr.html>.

¹⁴ GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta”. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I – Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 09.

“os testemunhos são fontes ricas demais para serem ignoradas pelos historiadores. Entrevistadores devem estar conscientes das peculiaridades da memória, ser peritos nos métodos de utilização deles, conscientes de suas limitações e abertos aos seus tesouros”.¹⁵

É dessa plasticidade, pluralidade, imperfeição, reconstrução de experiências que nasce a necessidade de trazer à tona essas trajetórias e escolhas que se fazem confundir com a consolidação de Sobradinho. Seu Teodoro Freire nasceu no dia 09 de novembro de 1920 em São Luiz do Maranhão. Viajou para o Rio de Janeiro em 1953 em busca de trabalho. Acaba recebendo a proposta de passar alguns dias em Brasília antes de voltar ao Maranhão – seu grande sonho. No entanto, seu projeto de retornar ao Maranhão sucumbe quando “doutor Rodrigo” não adquire a usina e não consegue levar Teodoro e D. Maria José de volta às terras maranhenses. Assim, Teodoro consegue emprego na SAB – Sociedade de Abastecimento de Brasília, e se instala em Sobradinho. Ele diz: “eu cheguei aqui pra morar no dia 02 de maio de 62. Não tinha luz, não tinha nada, era tudo escuro sem asfalto, era na terra... ai eu fiquei... vi Sobradinho crescer.” (Teodoro Freire – entrevista realizada dia 29/10/2009)

Esta relação marcada, em seu nascedouro, pelo acaso acaba contribuindo para o fortalecimento dos laços com a cidade que os acolheu. Quando indagado sobre o sentimento que nutre por Sobradinho afirma

“Eu gosto muito de Sobradinho. Eu tive oportunidade de morar no Plano Piloto mas eu não quis. Não, não, não quero morar no Plano Piloto. Eu não quero morar em nenhuma outra cidade sem ser Sobradinho. Eu gosto muito de Ceilândia, eu gosto muito do Gama, mas pra morar não. Pra morar não.” (Teodoro Freire – entrevista realizada em 29/10/2009)

Um sentimento compartilhado por D. Maria José que quando se refere à Sobradinho diz:

“olha, eu vou nesses lugar tudinho por ai, mas eu não acho graça. Eu só acho bacana Sobradinho. Não sei porque. Ainda fiquei assim um pouquinho simpática com Taguatinga, mas depois falei, não, um negócio que parece que não tem entrada nem saída, Sobradinho é todo...arrumadinho”. (Maria José – entrevista realizada em 29/10/2009) [sic.]

Viver em Sobradinho, viver Sobradinho é mais do que simplesmente experienciar uma cidade. Portelli afirma que “se considerarmos a memória um processo,

¹⁵ No original: “The memories of direct participants are sources far too rich for historical researches to ignore. Interviewers must be aware of the peculiarities of memory, adept in their methods of dealing with it, conscious of its limitations, and open to its treasures.” RITCHIE, Donald A. *Doing oral history*. New York: Twayne Publishers, 1945, p. 14.

e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas.”¹⁶ Portanto, a história de uma cidade não deve prescindir das falas daqueles que a constituem e que são constituídos na relação que estabelecem com ela. Hoje, o lembrar, acaba por recrudescer a ideia de que a trajetória dos indivíduos se confundem com a consolidação da cidade. Suas ruas, suas quadras, suas manifestações culturais estão impregnadas dessas trajetórias que conseguem marcar a história da cidade, ou melhor, construí-la.

¹⁶ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, (15), abr. 1997, p. 16.